

Comissão vota hoje o acordo da dívida com bancos privados

BRASÍLIA — O acordo da dívida brasileira com os bancos privados será votado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, depois de dois adiamentos. A equipe econômica, o presidente da comissão, Raimundo Lira (PFL-PB) e senadores como Ronan Tito (PMDB-MG) acreditam em sua aprovação, apesar da oposição já anunciada do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que preparava ontem um voto em separado, pedindo a inclusão de novas cláusulas no acordo. Baseado em estudo do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, Suplicy pretende

Externa
demonstrar que o acordo contraria a resolução 82 do Senado, votada para orientar a negociação com os credores.

— Há a oposição do senador Suplicy, mas o acordo deve ser aprovado — comentou ontem o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, em visita ao Senado.

Depois de aprovado na comissão, o acordo irá a votação em plenário, onde tradicionalmente o Governo tem obtido decisões favoráveis em matéria de dívida externa. O senador Eduardo Suplicy espera repetir seu desempenho no primeiro semestre,

quando sua argumentação fez a comissão rejeitar o acordo da dívida da Polônia com o Brasil, que o Governo esperava aprovar sem problemas. Mas no plenário, o acordo com a Polónia foi aprovado.

Suplicy deverá lembrar hoje que, em abril discordou da avaliação do Governo, que previa superávit primário nas contas públicas de 3%, aumento da dívida interna de 1,5% e uma redução gradual da inflação graças à política econômica. Os resultados — um pequeno déficit ou, no máximo, superávit de 1,8%; aumento na dívida interna de

6,38% e inflação em torno de 25% — mostraram que as previsões do senador estavam mais próximas da realidade, diz o próprio Suplicy.

● **EMPRÉSTIMO** — Por falta de acordo com o FMI, o Brasil está deixando de usar um empréstimo de US\$ 400 milhões (Cr\$4,2 trilhões) do Eximbank do Japão. O financiamento é destinado à Rede Ferroviária Federal, para recuperação de material rodante. A Rede está com 30% de suas locomotivas paradas por falta de manutenção e peças de reposição.